

Livro Didático: Discussão na Perspectiva de Vertentes de Análise e Compreensão da Natureza Complexa¹

Cintia S. Kanashiro²

Mestranda pela Escola de Comunicações e Artes da USP

Resumo

Este artigo aborda algumas das principais vertentes de análise em torno da temática livro didático, tendo como referência o Estado da Arte elaborado por Bárbara Freitag e colaboradores. Propõe que a abordagem histórica (cronológica) sugerida por este grupo de pesquisadores pode ser complementada, em virtude de novos e importantes estudos sobre o tema, de perspectiva histórica e historiográfica. Tal vertente vem se desenvolvendo desde a década de 1980 no Brasil. Na França este tipo de estudo também vem ocupando lugar de destaque.

A apresentação das vertentes de análise revela cada um dos fatores que influenciam a produção do livro didático, o que o torna um objeto de natureza bastante complexa.

Palavras-chave

Livro didático; vertentes de análise; história do livro didático; produção editorial.

A obra de Freitag et alii (1989) apresenta o Estado da Arte do livro didático no Brasil, com base em alguns pressupostos e metodologia. Um dos pressupostos é o de que o estudo do tema livro didático não pode ser feito isoladamente, sem se considerar o debate internacional. Outras questões a serem consideradas é a discussão sobre o livro didático no contexto do sistema educacional, da sociedade global e também da produção cultural e literária, especialmente destinada ao público infantil e juvenil.

O levantamento dos autores engloba produções sobre cartilhas, textos de leitura e livros didáticos para o Ensino Fundamental. É importante dizer que se concentra na produção de um determinado período – aproximadamente os anos de 1964 a meados de 1987. Por essa razão, seria interessante e de muita relevância se os mesmos autores ou outros pudessem prosseguir com o levantamento, envolvendo pesquisas posteriores, especialmente que abarcassem o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), criado em 1985.

¹ Trabalho apresentado ao NP Produção Editorial, do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

² Mestranda em Ciências da Comunicação, na área de concentração Interfaces Sociais da Comunicação – Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA-USP, com pesquisa sobre livros didáticos. Editora de livros, tendo atuado principalmente nas editoras Ática e Saraiva.

O exame minucioso do material levantado pelos referidos autores permite apresentar a temática introduzindo os principais tópicos e vertentes de análise:

1. O histórico do livro didático
2. A política do livro didático (Estado)
3. A economia do livro didático (Estado e mercado)
4. O conteúdo do livro didático (Ideologia; conteúdo originado das ciências de referência; preconceitos e estereótipos)
5. O uso do livro didático pelo professor e pelo aluno
6. O livro didático em seu contexto

Além de fornecer uma sistematização e mapeamento do campo de discussão do tema, os autores, ao analisar cada vertente, trazem reflexões importantes, algumas que, por sinal, permanecem bastante atuais. Em cada um dos tópicos, procuram relatar quais os trabalhos de maior projeção publicados, quais as lacunas desses trabalhos e quais críticas lhes devem ser feitas, levando-se em conta o debate internacional, a realidade do ensino brasileiro e a questão da leitura e alfabetização. Tecem conclusões a respeito de cada um desses tópicos.

Em relação ao aspecto da *política* do livro didático no Brasil, por exemplo, após a revisão bibliográfica, os autores concluem que a crítica à política do livro didático limitou-se a alguns estudos isolados de intelectuais, principalmente João Batista Araújo Oliveira (1984), cujos trabalhos têm se preocupado não só com a dimensão política mas também econômica do livro. Outro fato apontado é que as decisões em torno da política do livro se encerram no domínio de técnicos e de assessores burocratas governamentais, distantes da realidade escolar e que assumem a complicada tarefa de gerenciar a produção do livro didático de qualidade, sem contar com a participação de outros atores sociais no processo. O que deveria constituir um projeto político cuidadosamente elaborado e pensado para as escolas acaba virando uma política paternalista, assistencialista (livro destinado à “criança carente”) e burocrática (com foco na distribuição, ora centralizada, ora descentralizada), dando a falsa idéia de democratização ao deixar a cargo do professor a tarefa de escolha do livro.

Sobre a dimensão *econômica*, a revisão feita pelos autores demonstra que esta ainda é pouco estudada. Algumas análises citam a atuação do Estado não só na esfera política, mas como o agente que estabelece as coordenadas da economia do livro didático, por ser seu

grande consumidor³. Assim, ele fixa o volume e o ritmo de produção, além de constituir um agente de controle e normatização.

Ainda nessa dimensão de análise, o livro didático é visto como mercadoria, um grande negócio do mundo editorial, pautado na lógica do sistema capitalista de produção, voltada ao lucro. É um produto da indústria cultural, padronizado e pasteurizado, com valor de uso e de troca (objeto descartável e perecível, principalmente nas versões chamadas “consumíveis”).

Em relação à análise do *conteúdo* do livro didático, a revisão bibliográfica dos autores aponta que esta vertente, em seus aspectos psicopedagógico e ideológico, é uma das mais exploradas nas produções brasileiras. Esta linha de debate existe desde 1940 e se intensifica a partir de meados de 1975. Segundo os autores, há três estudos pioneiros de análise do conteúdo: Grisi, na linha psicopedagógica, com o artigo “O ensino da leitura: o método e a cartilha” (1951); Lins, na linha literária, com a obra *Do ideal e da glória: problemas inculturais brasileiros* (1977); e Bonazzi & Eco, com a análise ideológica das mensagens em livros-textos italianos (*Mentiras que parecem verdades* – original italiano, 1972). Decorrentes dessa abordagem são as análises que denunciam os preconceitos raciais, culturais e sexuais. Segundo Munakata (1997), livros de história são particularmente visados por esta vertente de análise, que envolve estudos cujos títulos transmitem as idéias de “versão fabricada”, “história mal contada”, “belas mentiras”.

Quanto aos *usos* do livro didático por professor e aluno, o levantamento bibliográfico dos autores traz algumas questões importantes, como o fato de os estudos empíricos enfatizarem usos do livro didático pelo professor e os critérios que este utiliza em sua escolha. Os estudos sobre usos do livro didático pelo aluno são mais raros – por exemplo, os que captam sistematicamente a capacidade de assimilação dos textos didáticos em aula, com base nos pré-requisitos lingüísticos, cognitivos e informativos que as crianças trazem consigo. Isso gera o paradoxo de que esse tipo de livro, destinado para as crianças, desconhece essa criança.

Esta parte do levantamento de Freitag e colaboradores – referente aos usos e ao histórico do livro didático – pode ser complementada por estudos de vertente histórica e

³ Atualmente as compras de livros didáticos ocorre por meio do PNLD, em prática desde 1985 ao substituir o PLIDEF (Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental). São recursos volumosos mobilizados pelo Estado para financiar a distribuição gratuita dos livros escolares a todas as crianças matriculadas no Ensino Fundamental da rede pública. Atualmente, conforme apontam estudos, o PNLD é o maior programa de livro didático do mundo.

historiográfica, que vêm ocorrendo no Brasil desde a década de 1980, pois trazem importantes contribuições.

À análise do tópico *histórico* do livro didático, que conduz um levantamento de leis, decretos, comissões e acordos relacionados à política do livro didático no Brasil, mostrando o papel do Estado nas normatizações, legislações e no controle da produção, podem-se acrescentar outros aspectos importantes. A partir dos anos 1980 as problemáticas ligadas a conteúdo, processo de produção, circulação e uso do livro didático por professores e alunos, no Brasil, passaram a ser analisadas em uma perspectiva histórica:

Os objetivos centrais de tais análises históricas são o de situar o processo de mudanças e permanências do livro didático – tanto como objeto cultural fabricado quanto pelo seu conteúdo e práticas pedagógicas –, considerando sua inserção hoje, quando se introduzem, em escala crescente, novas tecnologias educacionais, as quais chegam a colocar em xeque a própria permanência do livro como suporte preferencial de comunicação de saberes escolares (Bittencourt, 2004: 473).

Surgiram pesquisas direcionadas à constituição da memória e da história do livro didático, introduzindo a preocupação de registrar e preservar a produção escolar. Um exemplo nessa linha é o banco de dados dos livros escolares (Livres, da Faculdade de Educação da USP), cuja finalidade é recensar os livros didáticos brasileiros produzidos desde 1810 e disponibilizar as informações pela Internet⁴. Esse banco de dados vem sendo constituído desde 2003 por intermédio de trabalhos de especialistas de várias áreas, em intercâmbio com outros centros de pesquisa do Brasil e do mundo.

A abordagem histórica do livro didático permite detectar, por exemplo, quando surgem os primeiros livros escolares produzidos no Brasil (1810, com a instalação da Imprensa Régia), quais as diferentes gerações de autores, a história das editoras, a história da produção escolar, entre outros temas. Nessa perspectiva, o livro didático constitui também fonte para se pesquisar o currículo e as disciplinas escolares e para detectar práticas educativas de outras épocas.

Trata-se de outros enfoques e abordagens sobre o livro didático, tido como objeto e fonte, numa vertente histórica⁵.

⁴ Site do Projeto Livres: <http://paje.fe.usp.br/estrutura/livres/>

⁵ No Brasil, atualmente podem ser citados alguns grupos que se dedicam à pesquisa de vertente histórica, preocupada com a produção, a circulação e os usos do livro didático e também com o livro escolar como fonte documental para a história

O pesquisador francês Alain Choppin (2004) traz uma importante contribuição a esta abordagem, ao fazer um balanço dos estudos sobre a história do livro didático a partir dos anos 1960, em países ocidentais e orientais. Este levantamento fornece alguns exemplos das principais problemáticas identificadas e temas abordados historicamente sobre os livros e as edições escolares, destacando as tendências mais marcantes e as possibilidades de crescimento desse campo na França e no contexto internacional.

Choppin afirma que a pesquisa histórica dos livros e das edições didáticas aborda aspectos extremamente diversos. Segundo o autor, nas pesquisas mais recentes, desenvolvidas nos últimos vinte anos, houve uma tendência de expansão do campo de investigação, originando a diversificação das problemáticas e a multiplicação dos agentes envolvidos com o livro didático, objeto que se situa no “cruzamento da cultura, da pedagogia, da produção editorial e da sociedade”⁶. De acordo com o contexto internacional de seu levantamento, o autor afirma que apenas recentemente os historiadores vêm se interessando por problemáticas que vão além da análise de conteúdo, abrangendo as diversas etapas do livro escolar, envolvendo a concepção, a produção e a difusão, particularmente nos países em que os livros são produzidos pelas empresas privadas.

Se a história das edições didáticas só tem sido abordada recentemente, a despeito do peso econômico considerável do setor, é certamente porque os livros didáticos, desprezados por muito tempo pelos bibliógrafos e bibliotecários, acenderam apenas tardiamente ao status de livro. Mas é também porque encontramos muitas dificuldades, exceto talvez no período mais recente, em delimitar com exatidão esse setor de atividade (Choppin, 2004: 563).

Segundo o autor francês, os historiadores têm se interessado também, ao lado da vertente econômica (industrial e comercial), por aspectos como a relação entre o livro didático e a formação dos professores, os livros didáticos e sua utilização na educação não-formal, a linguagem, o perfil sociológico dos autores, o papel das mulheres na elaboração e difusão dos saberes escolares etc. Quanto aos usos e recepção do livro didático, algumas questões têm chamado a atenção de pesquisadores, como:

Que tipo de consumo se faz deles? Os educadores os seguem fielmente, passo a passo, ou tomam certas liberdades em relação à organização que eles propõem? E, nesse caso, quais e por quais razões? Como o aluno lê seu livro escolar; em voz alta, em silêncio? Ele o relê, em

do livro associada à história da educação. As pesquisas desenvolvidas na Faculdade de Educação da USP, coordenadas por Circe Bittencourt, e na PUC-SP, por Kazumi Munakata, são exemplos dessa linha.

⁶ Chris Stray. “Quia nominor Leo: vers une sociologie historique du manuel”. In: Alain Choppin. *Manuels scolaires: Etats et sociétés, XIX^e-XX^e siècles*, p.77-8.

classe, em casa? O livro serve de consulta ou serve para “decoração” da matéria? Quanto tempo o aluno passa com seus livros? Qual a real influência exercida pelos livros didáticos sobre o comportamento das crianças e sobre o comportamento social em geral? Essa influência, que até bem pouco tempo era admitida como indubitável, foi questionada no início dos anos 1980, e várias pesquisas recentes levaram a relativizar sua importância (idem: 565).

Para finalizar, Choppin relata que as abordagens históricas da pesquisa sobre o livro didático dependem de questões geográficas e culturais. Em alguns países, como no Japão, na Alemanha ou na França, são mais tradicionais os estudos sobre conteúdos ideológicos; já no mundo anglo-saxônico as análises recaem mais sobre aspectos econômicos (comerciais). Segundo o autor, essas particularidades dependem da natureza, das funções e dos usos dos livros didáticos e também da forma como a própria historiografia nacional apreende esse objeto.

Para avançar mais nos estudos deste campo, é importante contar com obras de síntese ou de levantamento, um Estado da Arte do tema, em escala nacional ou regional. São raros os países que possuem um levantamento do que foi publicado sobre a história do livro escolar⁷.

A Natureza Complexa do Livro Didático

Política (Estado), economia (Estado e mercado), conteúdo, usos, história, historiografia. São palavras-chave que caracterizam, mesmo que sucintamente, as vertentes de análise expostas anteriormente e revelam exatamente os fatores que influenciam e condicionam a produção do livro didático. Ao analisar todos esses fatores, em conjunto, percebe-se a natureza complexa desse tipo de obra.

É um objeto cultural controverso, presente até hoje em muitos debates e de difícil definição, justamente por ser bastante complexo; caracteriza-se pela interferência de vários sujeitos em sua produção, circulação e consumo. Circe Bittencourt faz um resumo interessante a respeito dessa reflexão que há muito vem sendo feita:

O livro didático é, antes de tudo, uma *mercadoria*, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do

⁷ No Brasil, temos levantamentos de pesquisas sobre o tema livro didático. Um deles é o de Freitag et alii (1989), que serviu de base ao início deste artigo. Outra importante pesquisa foi financiada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e coordenada por Hilário Fracalanza, do Serviço de Informação sobre Livro Didático – Unicamp. Originou o catálogo analítico *O que sabemos sobre livro didático*, publicado em 1989, do qual constam as produções (livros, teses, pesquisas, artigos de periódicos e jornais, trabalhos de eventos, outros tipos de documentos) realizadas até aquele mesmo ano.

mercado. Como mercadoria ele sofre interferências variadas em seu processo de fabricação e comercialização. Em sua construção interferem vários personagens, iniciando pela figura do editor, passando pelo autor e pelos técnicos especializados dos processos gráficos, como programadores visuais, ilustradores (...).

Mas o livro didático é também um *depositário dos conteúdos escolares*, suporte básico e sistematizador privilegiado dos conteúdos elencados pelas propostas curriculares: é por seu intermédio que são passados os conhecimentos e técnicas consideradas fundamentais de uma sociedade em determinada época. O livro didático realiza uma transposição do saber acadêmico para o saber escolar no processo de explicitação curricular. Nesse processo, ele cria padrões lingüísticos e formas de comunicação específicas ao elaborar textos com vocabulário próprio, ordenando capítulos e conceitos, selecionando ilustrações, fazendo resumos etc. (Bittencourt, 1997: 72).

Além de explicitar os conteúdos escolares, é um *suporte de métodos pedagógicos*, ao conter exercícios, atividades, sugestões de trabalhos individuais ou em grupo e formas de avaliação do conteúdo escolar. (...)

Juntamente com essas dimensões técnicas e pedagógicas, o livro didático precisa ainda ser entendido como *veículo portador de um sistema de valores*, de ideologias, de uma cultura de determinada época e de determinada sociedade (idem, 2005: 302)

Mercadoria; depositário dos conteúdos escolares; suporte de métodos pedagógicos; veículo portador de um sistema de valores, ideologias e cultura. É importante ressaltar que essas características mencionadas, ao mesmo tempo em que revelam a complexidade do livro didático e justificam debates e críticas em torno desse objeto – seja nas escolas ou nas universidades –, são inerentes também à produção. Pode-se dizer que estão presentes no dia-a-dia da prática editorial e influenciam-na intensamente.

A relação entre concepção de *mercadoria* e prática editorial se traduz na relação com o Estado, que, segundo mostram as vertentes de análise política e econômica, sempre teve presença marcante, ditando a comercialização e os rumos do livro didático. É o maior comprador da produção das editoras, atualmente por meio do PNLD. Ao estabelecer o programa oficial, o currículo ou parâmetros e diretrizes, oferece um indicativo de conteúdos e objetivos dos livros escolares de determinada área do conhecimento. Ultimamente, em maior ou menor grau, os PCNs e a avaliação do MEC têm norteado a produção editorial escolar. A ficha de avaliação do MEC, que consta do *Guia de Livros Didáticos*, constitui na atualidade uma orientação à produção, pois demonstra os critérios – eliminatórios e classificatórios – que pesam na análise das produções didáticas. Outra questão é que, como mercadoria, o livro didático se insere dentro da lógica capitalista de produção, em que pesam lucro e um cronograma de desenvolvimento, com prazos determinados.

Como *depositário de conteúdos escolares*, entra aqui a especificidade da *ciência de referência*. Uma determinada área de conhecimento tem características próprias, com visões autorais e linhas muitas vezes distintas, além de categorias de análise/conceitos específicos a serem trabalhados. No caso da Geografia, por exemplo, além de haver diversas concepções teóricas e métodos de ensino decorrentes de um modo de reconstituir a realidade – especialmente o espaço geográfico –, essa ciência também se apóia em categorias de análise essenciais e em conceitos fundamentais, como lugar, paisagem, sociedade, região, território. Apesar desse forte componente teórico, não se pode perder de vista que o livro é direcionado a um público específico, necessitando de cuidados com a linguagem. Assim, o livro deve transmitir o conteúdo da área de conhecimento de forma correta, acessível à faixa etária, mas cuidando para não haver reducionismos e simplificações.

Como *instrumento pedagógico*, no livro escolar são elencados e sistematizados não apenas os conteúdos das disciplinas como também é pensada a *forma* de ensiná-los (método). Isso pode ser feito por meio de atividades, boxes, seções de leitura, trabalhos individuais, em dupla ou em grupos e sugestões de avaliação.

Diante da importância que o livro didático assume e sempre assumiu na realidade escolar brasileira, fazendo parte do cotidiano educacional há pelo menos dois séculos, torna-se necessário, como afirma Bittencourt (2005), entendê-lo em todas as suas *dimensões e complexidade*, a fim de que ele possa desempenhar um papel mais efetivo no processo educativo, como um dos instrumentos de trabalho.

Compreender a natureza complexa do livro didático, revelada por fatores inerentes à sua produção, possibilita refletir também sobre as práticas de diversos agentes envolvidos em sua produção e prescrição política (programas do livro). Do ponto de vista da edição, por exemplo, uma das etapas mais importantes do processo de produção, na qual se concebe o projeto do livro, em seus aspectos materiais, pedagógicos e de conteúdo: como lidar com essa confluência de fatores – o livro como depositário de um saber científico, um suporte de visões e valores, uma mercadoria e ao mesmo tempo um instrumento pedagógico, destinado às escolas, às diversas realidades de ensino, mas avaliado e legitimado pela política governamental? Que objetivos, preocupações e elementos devem ser considerados na prática editorial para atuar consciente e criticamente?

São algumas questões que revelam as várias facetas do livro didático e as interferências a que está submetido. Compreender a natureza de um objeto e seu grau de complexidade contribui para desnaturalizar processos e práticas e evitar simplificações e generalizações, de modo que sujeitos envolvidos possam atuar de forma crítica e participativa, em constante negociação.

Referências bibliográficas

BITTENCOURT, Circe. M. F. “Livros didáticos entre textos e imagens”. In: **O saber histórico em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. “Em foco: História, produção e memória do livro didático”. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n.3, set./dez. 2004.

_____. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Programa Nacional do Livro Didático. **Guia de Livros Didáticos 2005 Geografia 5ª a 8ª séries**. Brasília: MEC/SEF, 2005.

CHOPPIN, Alain. “História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte”. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n.3, set./dez. 2004. pp. 549-566.

ECO, Umberto e BONAZZI, Marisa. **Mentiras que parecem verdades**. São Paulo: Summus, 1980.

FREITAG, Bárbara et alii. **O livro didático em questão**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 1989.

MUNAKATA, Kazumi. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. Dissertação (Doutorado em História e Filosofia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

OLIVEIRA, João Batista Araújo et alii. **A política do livro didático**. São Paulo: Summus; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1984.